

Dívida da Prefeitura Nitroglicerina pura

O governo e o Congresso estão fazendo de conta que não vêem. Os recém-empossados governadores estaduais fingem que não sabem. Os prefeitos das 50 maiores cidades nem se dão ao trabalho de perceber.

Mas a luz vermelha apareceu acesa na consolidação das contas nacionais de 1994. E continua lá, chamando atenção para a emergência.

É que dobrou de tamanho a dívida pública municipal e estadual, nos últimos 36 meses. A conta somava US\$ 15 bilhões em 1991. Pulou para US\$ 30 bilhões no último 31 de dezembro, de acordo com os últimos dados recebidos pela Presidência da República.

É mais do que um indicador do desempenho administrativo da última safra de ex-governadores estaduais e do atual time de prefeitos. É uma autêntica bomba de efeito retardado sobre o programa de estabilização da economia.

Os ex-governadores e atuais prefeitos fizeram disparar o crescimento da dívida pública sob sua responsabilidade: em 1991, pegaram uma fatura de tamanho equivalente a 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e transformaram-na em uma conta a pagar igual a 4,5% do PIB.

Trabalharam no sentido inverso ao do restante da administração pública. Em 1991, a União acumulava uma dívida de US\$ 218 bilhões. No balanço geral de dezembro passado, esse débito já era 33% menor, somando US\$ 147 bilhões.

Pior: enquanto o governo federal praticamente anulou o efeito dos juros sobre sua dívida, através de superávits (mais receita do que despesas), os Estados e municípios fizeram o contrário — sua dívida está crescendo na proporção geométrica de 2% ao mês, em média.

É uma trajetória explosiva, caminho seguro para quem deseja mergulhar, do alto e de cabeça, em uma piscina de nitroglicerina pura, carregando uma banana de dinamite acesa em cada mão.

Governo federal, Estados e municípios sabem o quanto esse tipo de gestão da dívida pública é incompatível com qualquer expectativa de êxito na estabilização da economia, no médio prazo.

Mas pela perversidade intrínseca da política econômica, e do comportamento convivente dos agentes po-

líticos, não se toca no assunto. Devedores fingem que pagam e credores fingem que recebem. Sabem exatamente qual será o custo final da fatura. Sabem, também, quem vai pagá-la. E de que forma.

As justificativas para tal tipo de comportamento são variadas. Ex-governadores porque têm na condição de "ex" uma extensão da garantia de impunidade que possuíam enquanto estavam no poder e faziam de tudo, sem prestar contas a ninguém.

Os prefeitos porque, além do exemplo dos governadores, estão agora voltados para angústias políticas próprias, como a de encontrar alguma coisa para fazer na vida entre a eleição do sucessor, no ano que vem, e o pleito de 1998.

O governo federal assiste a esse processo na plena imobilidade motivada por um pragmatismo inócuo e até perigoso. Evita até mesmo falar sobre a necessidade de um efetivo ajuste de contas nos Estados e municípios temendo problemas, além dos que

já tem, no trânsito das propostas de reformas constitucionais pelo Congresso.

Os congressistas, na vida real, não estão nem aí para as propostas do governo sobre reformas na Previdência Social ou no sistema tributário. E continuam aprovando autorizações para Estados e municípios "rolarem" suas dívidas totais (não só o principal, mas também os juros).

É quase a mesma coisa que vender terreno na lua ou em pântanos. Ou ainda, querer pagar a fatura de um American Express com um cartão Mastercard. No caso do governo, os banqueiros aceitam, porque estão enchendo as burras com a administração diária desse jogo.

Na paisagem cotidiana, porém, governadores e prefeitos estão se tornando agentes de um jogo conhecido como Ponzi — espécie de homenagem a Charles Ponzi, norte-americano de Boston, que na primeira metade deste século vendia terrenos em pântanos da Flórida.

A diferença é que governadores e prefeitos, aqui, podem sonhar com benesses de um futuro muito diferente ao de Ponzi: ele acabou fotografado, tocando "piano" numa delegacia de polícia com o número 5247 colado no peito.



■ José Casado é jornalista

A luz vermelha apareceu: dobrou a dívida pública municipal e estadual nos últimos 36 meses